

Escola e democracia: *militarização das escolas públicas e a desdemocratização na sociedade*

School and democracy
militarization of public schools and de-democratization in society

Escuela y democracia:
militarización de las escuelas públicas y desdemocratización de la sociedad

 **ALINE NUNES MASCARENHAS***

Universidade do Estado da Bahia, Salvador- BA, Brasil.

 **JANAINA MOREIRA DE OLIVEIRA GOULART****

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

RESUMO: O presente estudo é uma análise crítica do processo contemporâneo antidemocrático e de autoritarismo em escolas públicas brasileiras, transformando-as de civis em militarizadas e seus desdobramentos na democracia, constituindo um processo de *desdemocratização*, conceito de Charles Tilly (2013). Empreendem-se problematizações a partir de três categorias analíticas: o militarismo e a militarização na educação pública; a inter-relação entre escola e democracia; a *desdemocratização*. Trata-se de um estudo bibliográfico, com análise crítico-interpretativa desse modelo de militarização de escolas, a partir de produções sobre o tema no campo educacional (Santos, 2020; Mascarenhas, 2020; Goulart, 2022) e sobre a inter-relação entre escola pública e democracia (Saviani, 2008; Teixeira, 1977). A análise crítico-interpretativa desvela elementos que induzem à *desdemocratização*

* Doutorado em Educação e Pós-Doutorado em andamento pela Universidade Federal de Goiás sob a supervisão da Professora Miriam Fábila Alves. Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia e professora do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco. *E-mail:* <aline_mascarenhas@hotmail.com>.

** Doutora em Educação e professora da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro. *E-mail:* <janaigmetro5@gmail.com>.

do ensino público, esvaziando os sentidos de uma educação plural, emancipatória, democrática e comprometida com o desenvolvimento de uma consciência política e crítica.

Palavras-Chave: Escola e democracia. Militarização das escolas públicas. Desdemocratização.

ABSTRACT: This study is a critical analysis of the contemporary process of anti-democracy and authoritarianism in Brazilian public schools that involves militarizing schools and its consequences for democracy, constituting a process of *de-democratization*, a concept by Charles Tilly (2013). Problematizations are made from three analytical categories: militarism and militarization in public education; the interrelation between school and democracy; *de-democratization*. This is a bibliographical study with a critical-interpretative analysis of this model of militarization of schools. It is based on productions about the subject in the educational context (Santos, 2020; Mascarenhas, 2020; Goulart, 2022) and on the interrelation between public school and democracy (Saviani, 2008; Teixeira, 1977). The critical-interpretative analysis reveals elements that lead to the *de-democratization* of public education, emptying the senses of a plural, emancipatory, democratic education that is committed to the development of political and critical awareness.

Keywords: School and democracy. Militarization of public schools. De-democratization.

RESUMEN: El presente estudio es un análisis crítico del proceso contemporáneo antidemocrático y autoritario en las escuelas públicas brasileñas, transformándolas de civiles a militarizadas y sus consecuencias en la democracia, constituyendo un proceso de *desdemocratización*, concepto ideado por Charles Tilly (2013). Se realizan problematizaciones desde tres categorías analíticas: el militarismo y la militarización en la educación pública; la interrelación entre escuela y democracia; la *desdemocratización*. Se trata de un estudio bibliográfico, con un análisis crítico-interpretativo de este modelo de militarización de las escuelas, a partir de producciones sobre el tema en el campo educativo (Santos, 2020; Mascarenhas, 2020; Goulart, 2022) y sobre la interrelación entre la escuela pública y la democracia (Saviani, 2008; Teixeira, 1977). El análisis crítico-interpretativo revela elementos que inducen a la

desdemocratización de la enseñanza pública, vaciando los sentidos de una educación plural, emancipadora, democrática y comprometida con el desarrollo de una conciencia política y crítica.

Palabras clave: Escuela y democracia. Militarización de las escuelas públicas. Desdemocratización.

Introdução

A transformação de escolas públicas civis em escolas públicas militarizadas é um processo que ocorre no Brasil desde o final dos anos 1990. Concebida a partir das ações de agentes do Estado nas diferentes instâncias subnacionais, a transferência da gestão de unidades públicas seja para a Polícia Militar, seja para o Corpo de Bombeiros, iniciou um movimento que hoje, com a implementação do Programa das Escolas Cívico-Militares – Pecim, pelo Decreto n. 10.004/2019 (BRASIL, 2019), confere um cenário de dois movimentos de militarização de escolas públicas distintos: um de primeira geração e outro de segunda geração (GOULART, 2022).

Conforme considerou Janaína Goulart (2022), a primeira geração de escolas militarizadas circunscreve as unidades que tiveram o repasse da gestão para alguma corporação (Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros) e que não se enquadram nos moldes do Pecim (BRASIL, 2019). A segunda geração se limita às escolas em estados e municípios brasileiros que aderiram ao referido Programa. Esse movimento se inicia no Brasil em um regime político-democrático, de governos alinhados com pautas mais progressistas, e se institucionaliza como política educacional nacional a partir de 2019, sob a égide de um governo de bases ultraconservadoras, neofascistas e de extrema-direita, denotando que a democracia concebida enquanto processo vivia o ápice da sua desidratação (AMARAL, 2019).

Nessa circunstância, o Brasil caminhou a passos largos, cumprindo agendas alinhadas ao retrocesso, de bases antidemocráticas, como é o caso da militarização de escolas. Essa façanha ganhou ainda mais força a partir da eleição de Jair Messias Bolsonaro – ex-deputado federal e capitão da reserva do Exército Brasileiro – para a presidência, em 2018. O seu governo instituiu o Pecim como programa voltado para as escolas públicas, tendo como princípios a “gestão de excelência em processos educacionais, didático-pedagógicos e administrativos”, visando o “fortalecimento de valores humanos e cívico” e “a adoção de modelo de gestão escolar baseado nos colégios militares” (BRASIL, 2019, p.1).

A intenção deste estudo é, nesse sentido, delinear esse projeto de militarização das escolas públicas, que há décadas cresce no país e ganha status de política educacional nacional – no contexto de um governo reconhecido por práticas fascistas (BOITO, 2019; 2021; LÖWY, 2019) –, culminando no desencadeamento de uma *desdemocratização* (TILLY,

2013) que interfere nos princípios formativos voltados para uma consciência de apreço à democracia.

Diante dessas questões introdutórias, este artigo tece uma análise crítica da relação entre os processos contemporâneos do conservadorismo e do autoritarismo e o movimento antidemocrático, ilegal e inconstitucional de militarização das escolas públicas, que institui um processo de erosão na formação de uma consciência democrática de milhares de jovens brasileiros/as. Para tanto, tem como objetivo a análise sobre a militarização das escolas públicas e seus desdobramentos na democracia, como o processo de *desdemocratização*. Já os objetivos específicos se comprometem a: i) elucidar a diferença entre *colégio militar* e *escolas militarizadas* (ou *escolas cívico-militares*); ii) analisar a inter-relação entre escola e democracia; iii) discutir sobre o impacto do modelo de escola militarizada na formação de uma consciência pautada em princípios democráticos; iv) identificar o processo de *desdemocratização* arquitetado no âmbito das escolas militarizadas.

Acreditamos que, diante de um cenário que aterroriza os pressupostos democráticos e formativos de nossas crianças e jovens, se revelam urgentes os estudos e as pesquisas que possam denunciar o projeto educacional de desmonte da educação pública, que se baseia em relações autoritárias, sem apreço aos princípios democráticos, de modo a configurar, paulatinamente, uma *desdemocratização* da sociedade.

Este estudo se caracteriza por uma abordagem qualitativa, que pretende levantar questões sobre a problemática mencionada, mais do que pensar em causas ou trazer respostas (LÜDKE e ANDRÉ 1986). É um estudo bibliográfico, pautado em uma análise crítico-interpretativa sobre o modelo de escolas militarizadas, em diálogo com estudos teóricos desenvolvidos por um grupo de docentes de diferentes Instituições de Ensino Superior – IES do país, que compõem a Rede Nacional de Pesquisa sobre Militarização na Educação – RePME, como Janaina Goulart (2022), Aline Mascarenhas (2020) e Eduardo Santos (2020). Para o debate sobre a relação entre escola e democracia, consideramos os argumentos de Dermeval Saviani (2008, 2020) e Anísio Teixeira (1977); já sobre o conceito de *desdemocratização*, o diálogo se fez a partir do conceito cunhado pelo sociólogo estadunidense Charles Tilly (2013).

Além desta introdução, o artigo está dividido em três partes, sendo a primeira reservada para a apresentação da escola como um espaço privilegiado para o ensino, a aprendizagem e a disseminação de práticas visando uma cultura democrática, considerando que os/as estudantes devem frequentar, em média, 800 horas-aula, distribuídas em 200 dias letivos (BRASIL, 1996).

Na segunda parte são apresentados os modelos de militarização e do militarismo na educação pública brasileira, indicando como esses movimentos deram origem a duas gerações de escolas militarizadas. Também mostra como a educação e a escola têm sido alvo, por anos, de severas disputas entre agendas que servem ao conservadorismo, ao mercado e às práticas neoliberais. Sublinha-se como ocorre – em tempos de maior democratização

do cenário brasileiro – a *desdemocratização* do ensino público, nos moldes das arenas políticas, a partir de oportunismos e de uma gramática discursiva que se desdobrou e ganhou vulto com a eleição presidencial de 2018.

A terceira e última parte é destinada a tratar do termo *desdemocratização*, a partir das concepções de Charles Tilly (2013) e dos seus imbricamentos na militarização de escolas no Brasil. Nas considerações finais sobre o tema proposto, apresentamos nossos entendimentos sobre a necessidade de uma escola pautada em auspícios republicanos.

A escola como espaço privilegiado para a aprendizagem de uma cultura democrática

A educação e a escola sempre estiveram no centro das disputas entre grupos progressistas e conservadores. Tais disputas tensionam e explicitam modelos de formação emancipadores e inclusivos e modelos que caminham na direção de reformas educativas a serviço do mercado e do particularismo de ideias. A escola não está desassociada das mudanças sociais, históricas e políticas, ela expressa as contradições de classe e as desigualdades sociais que coexistem na tessitura social. Portanto, é sempre um território em disputa, uma vez que essas forças circulam e tentam direcionar a finalidade educativa de acordo com seus princípios.

Os acontecimentos dos últimos anos no Brasil, desde o golpe parlamentar, midiático e judiciário de 2016 (SAVIANI, 2020; FELICIANO & MITIDIERO JUNIOR, 2018) que afastou a presidente Dilma Rousseff, mostram um alinhamento com a agenda do ultraconservadorismo de extrema direita, a desferir sucessivos golpes na democracia, colocando-a sob constante ameaça. A partir do afastamento da presidente eleita e sua substituição por Michel Temer (2016-2018), que atendia aos interesses de grandes grupos dominantes, iniciou-se no país o que Miriam Alves e Livia Reis (2021) denominaram de *retrocesso no campo social*:

A gestão de Michel Temer se caracterizou por uma agenda de retrocessos no campo social. Assumindo a plataforma política denominada “Uma ponte para o futuro”, o governo Temer comprovou sua ilegitimidade ao colocar em prática um programa absolutamente distinto daquele que foi eleito pelas urnas no ano de 2014 (ALVES & REIS, 2021, p. 815).

Os retrocessos seriam assegurados com a aprovação, em 15 de dezembro de 2016, da Emenda Constitucional –EC 95, cujo teor limitou investimentos por 20 anos em diferentes setores, inclusive na educação. Desde 2016, tivemos a implantação de programas nutridos por ideais retrógrados e antidemocráticos. Nessa efervescência, ganharam notoriedade o Escola Sem Partido – Projeto de Lei n. 246/2019 (FRIGOTO, 2017); a aprovação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, definida pelo Parecer CNE/CP n. 15/2017, homologado pela Portaria MEC n. 1570/2017 e instituída pela Resolução CNE/CP n. 2/2017;

a Educação Domiciliar, através do Projeto de Lei n. 2.401/2019, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB; e, mais recentemente, a adesão dos estados e municípios à militarização das escolas públicas, via Pecim (BRASIL, 2019).

Nesse cenário, o ex-deputado federal e capitão da reserva do Exército Brasileiro, Jair Messias Bolsonaro, iniciou sua articulação política, ganhando espaço na mídia e nas redes sociais com discursos que culpavam o Partido dos Trabalhadores – PT pelo caos e pela recessão. Foi nessa onda de ‘medo’ que o referido político foi eleito para ocupar o cargo da presidência da República entre os anos de 2019 e 2022, fato que não só acentuou práticas neoliberais, como também trouxe robustez ao ‘neofascismo à brasileira’, fazendo o país experimentar uma caminhada em direção oposta à da democratização.

Calcado em uma pauta moral e de costumes, Bolsonaro foi eleito com o slogan ‘Brasil acima de tudo, Deus acima de todos’. O lema comprova que o país elegeu um projeto político que fere o princípio da laicidade do Estado, registrado no artigo 19 da Constituição Federal de 1988 (ALVES & REIS, 2021, p. 817). O primeiro ano do governo de Bolsonaro foi marcado pelo desmonte de diferentes ministérios e secretarias:

Uma análise das modificações realizadas por Bolsonaro demonstra que algumas pastas tidas anteriormente como prioritárias no provimento de políticas públicas foram relegadas ao segundo plano ou extintas, tais como o Ministério da Cultura, o Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério do Trabalho, entre outros. No âmbito do reordenamento do Ministério da Educação (MEC), o primeiro retrocesso foi a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). A iniciativa foi interpretada como uma estratégia para suprimir debates fundamentais para o campo educacional, pelos quais o atual presidente demonstra pouca (ou nenhuma) afeição, tais como direitos humanos, relações étnico-raciais e questões de gênero (ALVES & REIS, 2021, p. 818).

Nesse sentido, Luís Carlos de Freitas (2018) identifica uma ‘nova direita’ brasileira e pontua que o governo Bolsonaro é constituído pela combinação de, ao menos, três núcleos: o conservador, o liberal e o autoritário (FREITAS, 2018, p. 909). Para o sociólogo Roberto Dutra (2018), trata-se da maior vitória eleitoral da direita na história política brasileira. E não se trata de qualquer direita, “mas de uma direita extremada, militarizada e autoritária em todas as esferas da sociedade, na Igreja, na escola, no partido, em tudo” (DUTRA, 2018)).

Nesse contexto, desenha-se uma arquitetura educacional centrada no *homo economicus*, no autoritarismo e no conservadorismo para a escola pública, numa perspectiva divergente da que vínhamos construindo ao longo dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, ambos do Partido dos Trabalhadores – PT. Essa construção, baseada na ideia de escola justa, cidadã, inclusiva, democrática, laica e plural, é diametralmente oposta ao modelo de escola militarizada, que invisibiliza e silencia a escola civil e laica prevista na Constituição Federal – CF de 1988 (BRASIL, 1988). Instaura-se, assim, um processo de erosão da

consciência política alicerçada em ideais democráticos, objetivando uma formação básica sob o domínio do individualismo, do autoritarismo e da lógica militar.

Goulart (2022) sublinha a articulação entre a democratização da sociedade e a escola e também o fato de que a democracia não é algo dado ou estático. Nessa linha, Saviani (2008) defende que a democracia e a educação são irmãs gêmeas. Ambas fazem parte do mesmo processo civilizatório, desde a Grécia Antiga. Os gregos, inventores da democracia, acreditavam que era papel da educação transformar as crianças em adultos/as capazes de entender o mundo e de nele agir de forma consciente. O entendimento de Saviani coaduna-se ao que afirmou Anísio Teixeira (1977) sobre o fato de que “a relação entre democracia e educação é intrínseca e não extrínseca, como sucede em outras formas de sociedade” (TEIXEIRA, 1977, p. 145).

Educação e democracia estão inter-relacionadas, pois a escola tem papel crucial na formação das pessoas, a partir de uma visão de democracia que direcione ao entendimento de uma sociedade plural, em várias esferas: religiosidade, orientação sexual, relações étnico-raciais, de inclusão (ou possíveis dimensões que não afetem a vida do outro por quaisquer que sejam suas opções, inclusive política). Portanto, a pavimentação de práticas autoritárias, anti-humanistas e domesticadoras tende a prejudicar ou anular a formação para uma cultura democrática, incentivando uma passividade nos processos democráticos que precedem a participação.

Por isso, não faz sentido vincular a função de uma escola civil e pública aos preceitos militares, que atrelam a democracia a princípios superficiais de civismo, com ênfase em símbolos nacionais, reforçando a noção de um/a patriota obediente e servil, esvaziado/a de senso crítico e alimentando uma passividade democrática.

Anísio Teixeira (1977) advertiu que, embora todos os regimes dependam da educação, o regime democrático depende da mais difícil das educações e da maior quantidade de educação. Para o autor, “a democracia é, assim, o regime em que a educação é o supremo dever, a suprema função do Estado” (TEIXEIRA, 1977 p. 106-107). Diante disso, questionamos sobre qual deveria ser, então, a finalidade da escola enquanto instância primordial da educação?

Dermeval Saviani (2008) e Paulo Freire (1982) defendem que a escola tem um papel central no processo de humanização, na socialização do conhecimento científico, na elaboração do pensamento crítico, na defesa da democracia e dos processos democráticos e na construção de uma consciência emancipadora; por isso, deve ser um espaço socialmente justo e livre de preconceitos. Na perspectiva dos autores, a escola deve abarcar, em sua finalidade educativa, a compreensão da educação como fenômeno social e dialético, que forma o ser humano como pessoa consciente, crítica e autônoma. Essa escola, assentada na perspectiva crítica, é esvaziada dos seus princípios na medida em que se molda aos interesses de grandes grupos econômicos, às ideias conservadoras e aos projetos autoritários, relegando a educação a uma esfera de garantia de competências e práticas autoritárias, ficando, assim, estéril no seu compromisso emancipatório.

Nosso entendimento sobre as ressonâncias *desdemocratizantes* que o movimento de militarização pode trazer varia e está intimamente ligado às questões impostas pelo patriarcado, pelo silenciamento das discussões sobre a interculturalidade, pelas razões impostas por religiões e, sobretudo, por conta da defesa de um conservadorismo que atravessa décadas. Tais elementos criam outras subcategorias discriminatórias que, de acordo com a época e o lugar, dão origem a outros aspectos *desdemocratizantes*, com forte apreço ao retrocesso. Esses silenciam os povos originários, as mulheres, a população LGBTQIAPN+, pessoas que professam uma fé diferente daquela das classes hegemônicas, dentre outros grupos em uma sociedade. São vozes que a escola pública plural busca defender, legitimar e proteger, a partir de uma perspectiva resguardada nos princípios e fins da educação nacional (BRASIL, 1996).

A militarização da educação e das escolas: experiências antidemocráticas por gerações

Do ponto de vista da constituição do objeto da pesquisa, partimos da compreensão de que a militarização é a “adoção de um conjunto de práticas e concepções características do ambiente militar em contextos que não têm o militarismo como referência, como é o caso das escolas públicas” (QUEIROZ, 2021). Para Christina Queiroz (2021), as instituições escolares militares e militarizadas estão organizadas no Brasil da seguinte forma:

Quadro 1: Modelos de instituições de ensino militares ou militarizadas no Brasil

Modelo	Definição
Escola das Forças Armadas	Conjunto de escolas voltadas para a formação de cadetes.
Escola do Corpo de Bombeiros	Atendem filhos de militares e também de civis por intermédio de processo seletivo.
Escola das Polícias Militares	Presentes em 23 estados, atendem filhos de militares e de civis por intermédio de processo seletivo.
Colégios Militares das Forças Armadas	Instituições de educação básica que atendem dependentes de militares e também de civis por intermédio de processo seletivo
Escolas Militarizadas	Escolas civis públicas que passam a ter a gestão compartilhada com a Polícia Militar ou o Corpo de Bombeiros.
Instituições Militares de Ensino Superior	Instituições mantidas pelas Forças Armadas (Aeronáutica, Exército e Marinha), pelas polícias militares e bombeiros de alguns estados. Formam oficiais de carreira em ciências militares

Fonte: GOULART, 2022, p. 103.

Eduardo Santos (2020) considerou como recente, no meio acadêmico, a preocupação com a militarização das escolas públicas, suas especificidades e as diferenças entre essa política e a das escolas criadas por iniciativa das corporações. Nesse cenário, os dados levantados pelo pesquisador vinculado à Rede Nacional de Pesquisa sobre Militarização da Educação – RePME revelam que, até o ano 2019, a militarização de escolas públicas de educação básica se fazia presente em 14 das 27 unidades federativas brasileiras, a saber: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraná, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Até o ano de sua pesquisa, a militarização não se fazia presente em nenhum estado da Região Sudeste. No total, foram contabilizadas 240 escolas públicas militarizadas no Brasil, entre 1990 e dezembro de 2019.

A produção acadêmica nacional sobre o tema ainda é incipiente, tendo em vista que o movimento ocorre no Brasil desde o final dos anos 1990, tendo ganhado reconhecimento no âmbito da educação brasileira somente após a eleição de Jair Bolsonaro. Diante disso e de acordo com o quadro 1, elaborado por Goulart (2022), trata-se de um cenário no qual o ensino público brasileiro apresenta diferentes modelos de militarismo e militarização:

Coexistem diferentes modelos de instituições de ensino pautadas nos moldes das doutrinas militares que [...] dividem em grupos denominados de primeira e segunda geração de educação militarizada. Etimologicamente, a palavra geração é empregada para se referir a uma linhagem, filiação, que coexiste em um mesmo período, e é por compreender que as escolas militarizadas antes do Pecim permanecem em cena, apesar do Decreto presidencial, que considerarei empregar o termo, sobretudo objetivando também contemplar alguma confusão existente acerca dos modelos dessas escolas (GOULART, 2022, p.108).

Conforme explicita Mascarenhas (2020), as escolas militarizadas têm procedimentos que instauram uma nova forma de organização, por meio da interferência dos militares na gestão, organizando-se sob bases rígidas de hierarquia e obediência incontestável, cujos processos pedagógicos estão centrados no autoritarismo. Logo, esse *modus operandi* desconhece a diversidade como elemento imprescindível na composição de uma sociedade democrática, revelando-se com forte apreço pela homogeneização.

Um das razões pelas quais esse modelo de escola encontra abrigo no imaginário social é a premissa de que as escolas militarizadas ou cívico-militares teriam, em sua natureza formativa, a responsabilidade de preparar os/as estudantes para o ingresso em uma das corporações das Forças Armadas brasileiras. Tal percepção decorre de um equívoco, visto que as escolas militarizadas – de primeira ou segunda geração – apenas seguem os moldes da doutrina militar, não havendo em seu regimento nada que expresse o compromisso com o ingresso na carreira militar. Portanto, “o que está em evidência é a consolidação de um projeto de escola que carrega em suas entranhas o treinamento, o esvaziamento da consciência do ser, o controle social, o esvaziamento político, histórico e cultural da educação” (MASCARENHAS; MONTEIRO & MOREIRA, 2022, p. 66).

Cabe ressaltar que a crítica que se impõe neste artigo está atrelada ao modelo de escolas militarizadas e ou escolas cívico-militares, que ofuscam a finalidade formativa de uma escola pública civil e laica ao introduzirem uma perspectiva de escola calcada em processos hierárquicos e com forte aproximação de uma formação militar.

A desdemocratização não é só uma palavra

O recente cenário brasileiro evidencia um retrocesso no âmbito da educação, assim como em outros setores da sociedade, que acena para um processo de *desdemocratização* a partir de três aspectos: i) as pautas do neoliberalismo sobre a agenda educativa (financieirização da educação, ideia de ‘capital humano’ e meritocracia); ii) conservadorismo (Escola sem Partido e educação domiciliar); iii) autoritarismo (militarização das escolas).

No que concerne à pauta do neoliberalismo sobre a agenda educativa, encontramos em Elisa Bartolozzi e Sue Ellen Lievore (2020) o argumento de que, além das lutas travadas entre o público e o privado pela disputa da educação pública, as ideias de cunho conservador também trouxeram musculatura para o neoliberalismo no setor. Ainda segundo as autoras, temos:

discursos veiculados que remetem a um modelo de sociedade patriarcal, machista, homofóbica, assentada em um fundamentalismo religioso. Ao mesmo tempo, há uma proliferação de agências nacionais, supranacionais ou internacionais que produzem diagnósticos, cenários e recomendações em matéria de educação que, muitas vezes, legitimam os governos e ‘convencem’ a grande mídia (e parte da sociedade) sobre os valores e ideias que devem direcionar a educação de um país. Geralmente são os ideais do mercado que regem o pensamento dominante descolado do papel civilizatório que deveria cumprir a educação escolar (BARTOLOZZI & LIEVORE, 2020, p. 305).

Sobre o segundo aspecto, o conservadorismo, temos a pauta moral e de costumes como forte argumento dos grupos ultraconservadores da extrema direita, que defendem o retorno da Educação Moral Cívica – EMC aos currículos escolares da Educação Básica. Daniela Amaral e Marcela Castro (2020) destacam que a referida disciplina foi instituída no currículo escolar pelo Decreto-Lei n. 869, de 12 de setembro de 1969, tornando-se obrigatória em todos os níveis e modalidades de ensino até meados dos anos 1980. A defesa da reintegração da EMC ao currículo adensa o discurso da moralidade e do controle, conforme as autoras, sob a seguinte lógica:

ao pensar o controle de uma determinada organização, no caso em pauta a escola, esforça-se por definir modelos comportamentais por meio de um conjunto de práticas sobre a vida cotidiana dos indivíduos que formam os coletivos nessa instituição. Ressalta-se, na cena contemporânea brasileira, um contexto favorável a grupos defensores do que seria o arquétipo de “moral e bons costumes”, sendo que a EMC é forte aliada nesse cenário (AMARAL & CASTRO, 2020, p. 1080).

Essa pauta moral assentada no conservadorismo encontra ressonância nas *Diretrizes das Escolas Cívico-Militares* (2021), documento que orienta a organização das instituições, a formação docente, a utilização de fardamento, a gestão, o projeto pedagógico, além de outros aspectos. Com 190 páginas, prevê a institucionalização do *Projeto Valores* no currículo escolar, evidenciando uma estreita aproximação com a disciplina de EMC, fruto da ditadura civil-militar. A natureza desse projeto é centrada em uma perspectiva reduzida e engessada de cidadania, acoplando a ideia de que atitudes são incorporadas via treinamento; assim, temas como hierarquia, civismo, apelo à ordem e à disciplina prevalecem sobre as ideias de democracia e direitos humanos.

Para Luiz Antônio Cunha (2020), essa conjuntura revela uma “marcha da socialização política da religião, moral e do civismo” pela política de implantação das escolas cívico-militares, ancorada num aspecto de narrativa que prevê a reestruturação moral da sociedade, pauta sempre presente no campo conservador reacionário do país (CUNHA, 2020, p. 637).

No que se refere ao terceiro aspecto, o autoritarismo, encontramos subsídios em Aline Mascarenhas (2020), que esclarece:

Nesse terreno de autoritarismo e com o compromisso de coisificação do discente, se implementa uma formação castradora, bancária e sem autonomia intelectual, de forma que se aprenda a não pensar; a não criar; a não investigar e que se executem decisões postas à sua frente, conforme o “kit de competências” propostos pela BNCC—sujeito coisificado e engessado numa compreensão histórica e mecânica que o desfigura de maneira proposital em suas mentes e corpos (MASCARENHAS, 2020, p. 377).

Nesse sentido, uma escola que se fundamenta na lógica do individualismo e da obediência cega, como é o caso das escolas militarizadas, se distancia de ideias democráticas, pois nutre um modelo de educação assentado na ideia da obediência, da passividade, do esvaziamento histórico e político do currículo, além da vigilância constante de mentes e corpos. Luís Carlos de Freitas (2018) indica que “para aprisionar a democracia é necessário aprisionar também a escola. É a ideia conservadora de que falta ‘disciplina’ para os jovens mais pobres, associada à ideia da repressão como instrumento de reeducação” (FREITAS, 2018, p. 92).

Na tessitura autoritária, conservadora e neoliberal do cenário brasileiro, vai se alimentando um sentimento de desapego pela democracia; um projeto bem-sucedido da extrema direita no âmbito escolar, através de um modelo de educação centrado no autoritarismo e na militarização das escolas, que alimenta a *desdemocratização* do ensino público. Estamos diante de um contexto que potencializa duplamente esse evento, através de aspirações neoliberais nas agendas educativas e a militarização das escolas públicas.

É necessário, portanto, libertar a escola pública desse aprisionamento militar, empresarial e conservador, pois

os processos democráticos de educação requerem, assim, antes de tudo, a transformação da escola em uma instituição educativa onde existam condições reais para as experiências formadoras. A escola somente de informação e de disciplina imposta, como a dos quartéis, pode adestrar e ensinar, mas não educa. Nesta escola, a democracia, se houver, será a dos corredores, do recreio, dos intervalos de aula, desordenada, ruidosa e deformadora (TELXEIRA, 1977, p. 144).

Portanto, o projeto de militarização das escolas públicas de primeira e segunda geração representa um “recoo democrático”, através da “permissividade e instrumentalização da própria democracia, em seu sentido hegemônico e formal” (BALLESTRIN, 2019, p. 154) uma vez que esse modelo de educação tem colocado seus tentáculos sobre várias escolas no território brasileiro, condenando o princípio da gestão democrática, interferindo na formação crítica e política dos sujeitos, criando relações autoritárias e sem apreço aos princípios democráticos.

Cabe ressaltar que diferentes leis, decretos ou acordos de cooperação que permitem a institucionalização de escolas militarizadas carregam em si a negação de um amplo diálogo com a sociedade; em especial, sinalizamos o Decreto 10.004/2019 - Pecim como um aparelhamento das escolas públicas ancorado em pressupostos antidemocráticos e de divergência a princípios da escola pública. Goulart (2022) acredita que esse talvez seja um dos primeiros indícios de diálogo com a *desdemocratização*, pelo fato de que as decisões tomadas pelos agentes do Estado sobrepõem-se às consultas mutuamente vinculantes entre os governos e cidadãos/ãs. Esse é um dos aspectos que Charles Tilly (2013) aponta para fundamentar a existência de quatro dimensões para auxiliar nas análises sobre democracia, democratização e *desdemocratização*, assim concebidas:

um regime é democrático na medida em que as relações políticas entre o Estado e seus cidadãos engendram consultas amplas, igualitárias, protegidas e mutuamente vinculantes. A democratização significa um movimento real no sentido de promover uma consulta mais ampla, mais igualitária, mais protegida e mais vinculante (TILLY, 2013, p. 28).

Assim, em um cenário

ideal de uma teoria da democracia, a democratização e a desdemocratização se movimentariam ao longo de uma mesma reta, porém, em direções contrárias [...]. Quando buscamos refletir sobre aspectos que exigem um total afastamento da ingenuidade, como é o caso de se debruçar sobre investigações que envolvem a democracia, devemos considerar as arenas, os projetos em disputa, os grupos de interesse e as divisões do poder (GOULART, 2022, p. 89).

Considerações finais

Neste estudo, buscamos apresentar os aspectos *desdemocratizantes* do ensino público em escolas militarizadas de maneira articulada com o cenário da democracia brasileira. Para tanto, recorreremos à defesa da escola como um importante espaço vigorante que, cotidianamente, constrói e (re)constrói a substância de uma consciência voltada para a democracia. A discussão também assinalou como o regime democrático, concebido como processo, esteve sob forte ameaça no Brasil desde o ano de 2016. Nesse sentido, por acreditar que o movimento de *desdemocratização* tem ocorrido paulatinamente, em especial no campo da educação, convidamos a uma reflexão em torno dos desdobramentos do projeto de militarização das escolas públicas.

Este texto também buscou explorar os diferentes modelos de escolas militarizadas no Brasil, lançando luz sobre o fato de que esse movimento remonta aos anos 1990, portanto, admitindo a existência de um fenômeno que culmina em um processo de militarização de primeira e segunda geração. As reflexões apresentadas neste estudo, a partir da análise crítica, revelaram que a militarização das escolas públicas encontrou caminho pelas fissuras da democracia, alcançando um projeto de *desdemocratização* do ensino público e da sociedade, através do próprio aparato público sob ideais republicanos. Para tanto, articulou os movimentos distintos de militarização – de primeira e segunda geração – aos contextos políticos e sociais vivenciados pelo país, mais especificamente, a partir do ano de 2016, quando a democracia sofreu uma desidratação por conta de medidas austeras e de retrocesso.

Portanto, o projeto de militarização das escolas públicas, ancorado numa cultura autoritária, de apreço por ideias particulares, de desprezo à democracia, calcada no individualismo, impacta diretamente na perspectiva de uma formação para a democracia, cidadania e emancipação, conforme estabelece Tilly (2013), a partir do conceito de *desdemocratização*. Sobre isso, destacamos, ainda, a necessidade de estudos e análises sobre as ressonâncias que a militarização - de primeira e segunda gerações - podem causar nos destinatários da escola pública, considerando o público-alvo atendido, qual seja, crianças, adolescente e jovens, em idade para o curso da educação básica.

Tal escrutínio precisa empreender esforços em análises que deem conta de como a dinâmica de uma escola fundada no individualismo, na homogeneização, pautada na lógica da guerra e da obediência, conseguiu interferir na percepção dos sujeitos sobre as condições imprescindíveis a uma formação humanizadora e emancipadora.

Por esse entendimento, concluímos que o ressoar da *desdemocratização* da sociedade, pela via da escola pública, é mais uma das inúmeras facetas do ultraconservadorismo, da extrema direita a ser combatida pelos/as defensores/as de uma escola laica, plural, democrática, justa, de qualidade e socialmente referenciada. Há um intenso trabalho que deverá ser feito e que precisa ser pautado pelo diálogo, pela ética, sobretudo, referenciado nos princípios constitucionais e republicanos, no sentido de restaurar os ideais democráticos após um considerável período de negacionismo, obscurantismo e fabricação de mentiras num cenário nebuloso.

Todavia, esta escrita é concluída com as esperanças renovadas, com a certeza de que a maioria brasileira decidiu eleger, em 30 de outubro de 2022, Luiz Inácio Lula da Silva como o novo presidente do Brasil para um mandato de quatro anos. É o Brasil de novo sem medo de ser feliz.

Recebido em: 30/05/2022; Aprovado em: 09/03/2023.

Referências

- ALVES, Miriam Fábria & REIS, Livia. Cristina. Reis dos. Militarização de escolas públicas: reflexões à luz da concepção freireana de gestão democrática da educação. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Brasília, v. 37, n. 2, p. 810–831, 2021. DOI: 10.21573/vol37n22021.113221. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpa/article/view/113221>>. Acesso em: 31 out. 2022.
- AMARAL, Daniela Patti. Participação da Comunidade na Seleção de Diretores de Escolas Públicas: movimentos no Estado do Rio de Janeiro. *Revista Educativa - Revista de Educação*. Goiânia, v. 22, p. e7114, dez. 2019. ISSN 1983-7771. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/7114>>. Acesso em: 4 maio 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.18224/educ.v22i1.7114>.
- AMARAL, Daniela Patti do & CASTRO, Marcela Moraes de. Educação moral e cívica: a retomada da obrigatoriedade pela agenda conservadora. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 50, n. 178, p. 1078-1096, 2020. Disponível em: <<https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/7129>>. Acesso em: 31 out. 2022.
- BALLESTRIN, Luciana. O debate pós-democrático no século XXI. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 4, n. 2 (149-164), jan. 2019. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/330211424_O_Debate_Pos-democratico_no_Seculo_XXI>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- BARTOLOZZI, Eliza Ferreira & LIEVORE, Sue Ellen. Atual política neoliberal de militarização da escola pública no Brasil. *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, v. 29, n. 3, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2020v29n3.55663. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/55663>>. Acesso em: 31 out. 2022.
- BOITO JUNIOR, Armando. O neofascismo no Brasil. *Boletim LIERI*, Seropédica, n 1, p. 1-11, 2019.
- BOITO JUNIOR, Armando. O caminho brasileiro para o fascismo. *Caderno CRH*, v. 34, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/crh.v34i0.35578>>. Acesso em: 31 out. 2022.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 1 jan. 2022.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 31 out. 2022.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019. *Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares*, 2019. Disponível em: <<http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

- BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes das Escolas cívico-militares*. 2ª.ed., 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/ptbr/media/ acesso_informacao/pdf/10DIRETRIZESPECIMVERSO_observaes_14072021convertido2.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2023.
- CUNHA, Luiz Antônio. Religião, moral e civismo em curso: a marcha da socialização política. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 13, n. 27, p. 637-654, set./dez. 2020.
- DUTRA, Roberto. A maior vitória da direita na história política brasileira. Entrevista especial com Roberto Dutra. Instituto Humanitas UNISINOS. ADITAL, 2018. Disponível em: <<https://ihu.unisinos.br/sobre-o-ihu/188-noticias/noticias-2018/584206-a-maior-vitoria-da-direita-na-historia-politica-brasileira-entrevista-especial-com-roberto-dutra>>. Acesso em: 26 mar. 2023.
- FELICIANO, Carlos Alberto & MITIDIERO JUNIOR, Marcos. A violência no campo brasileiro em tempos de golpe e a acumulação primitiva de capital. *Okara: Geografia em debate*, v.12, n. 2, p. 220-246, 2018.
- FREITAS, Luis Carlos de. Escolas aprisionadas em uma democracia aprisionada: anotações para uma resistência propositiva. *Rev. HISTEDBR*, Campinas, v.18, n.4, p.906-926, out./dez. 2018.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FRIGOTTO, Gaudencio. *Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2017.
- GOULART, Janaina Moreira de Oliveira. *A militarização das escolas no estado de Goiás e os sentidos da desdemocratização do ensino público*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
- LÖWY, Michael. *Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro*. 2019. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2019/outubro/19.10-Neofascismo-e-Bolsonaro.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2022.
- LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- MASCARENHAS, Aline Daiane Nunes. Por uma pedagogia decolonial contra a docilização de corpos, invasão cultural e desproblematização da educação no projeto da escola cívico-militar. *Revista Temas em Educação*, v. 29, n. 3, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/55994>>. Acesso em: 20 out. 2022.
- MASCARENHAS, Aline Daiane Nunes; MONTEIRO, Aida S. & MOREIRA, Jeferson. Programa Nacional das Escolas Cívico Militares: militarização das escolas públicas no Brasil. *Revista Debates Insubmissos*, Caruaru/PE, Ano 5, v.5, n. 17, Edição Especial, 2022.
- QUEIROZ, Christina. *Pesquisa FAPESP*, em 29 de março de 2021, na Edição 301. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/desempenho-em-analise/#box_escolas-militares_301>. Acesso em: 26 jan. 2022.
- SANTOS, Eduardo Junio Ferreira. *Militarização das escolas públicas no Brasil: expansão, significados e tendências*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.
- SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. São Paulo: Cortez, 2008 (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 5).
- SAVIANI, Dermeval. Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência. *Roteiro*, v. 45, p. 1-18, 3 jun. 2020.
- TEIXEIRA, Anísio Spínola. *Educação não é privilégio*. 4.ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1977.
- TILLY, Charles. *Democracia*. Tradução de Raquel Weiss. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.